

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO

E NEL

25.10.2023

* * *

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Havendo o número regimental, declaro aberta a 9ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito, constituída pelo Ato nº 160, de 2023, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviços de fornecimento de energia elétrica na região metropolitana de São Paulo, investigando em especial, no período de 2018 até 2023, as quedas de energia, a cobrança de valores, a atuação operacional, o suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, os contratos assinados, a execução dos investimentos e das obras previstas, bem como o estado de conservação da rede de infraestrutura e de distribuição energética.

Registro, com muito prazer, a presença dos nobres deputados: deputado Carlos Cezar, deputada Carla Morando, deputado Sebastião Santos e deputado Oseias de Madureira. Solicito à secretária a leitura da ata da reunião anterior.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Pela ordem, deputado Carlos Cezar.

O SR. CARLOS CEZAR - PL - Pedir a dispensa da leitura da Ata.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura e fica considerada aprovada a Ata da 8ª Reunião desta CPI. Esta reunião foi convocada com o objetivo de apreciar os itens da

Divisão de Registro de Pronunciamentos

pauta previamente divulgados e procedermos à oitiva da Sra. Marinilda Aparecida Gonzalez, diretora corporativa da Medral Energia Ltda., e do Sr. Walter Pastorello Júnior, engenheiro eletricitista.

A ausência do Sr. Fabricio Gonzalez, representante legal da Medral, que também foi convidado a participar desta reunião, foi justificada, e a Sra. Marinilda traz procuração com plenos poderes para representar a empresa nesta CPI.

Item nº 1 da pauta. Solicitante: deputado Oseias de Madureira. Requerimento 2.456, de 2023. Propõe que seja convidado o Sr. Coronel PM Gilmar Ogawa, atual presidente do Conselpa - Conselho de Consumidores da Eletropaulo (Enel Distribuição São Paulo) para que compareça a esta Comissão. Em discussão. Não havendo oradores inscritos, está encerrada a discussão. Em votação o requerimento. Os Srs. Deputados que forem favoráveis permaneçam como se encontram. (Pausa.) Aprovado.

O Item nº 2 da pauta é um requerimento de minha autoria e, por força regimental, passo a Presidência dos trabalhos ao deputado Sebastião Santos.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Sebastião Santos.

* * *

O SR. PRESIDENTE - SEBASTIÃO SANTOS - REPUBLICANOS - Item nº 2. Solicitante: deputado Thiago Auricchio. Requerimento nº 2.476, de 2023. Requer à CPI da Enel que convide o Sr. Max Xavier Lins, diretor-presidente da Enel Distribuidora São Paulo, para que compareça à CPI e seja ouvido sobre a apuração e possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica na região metropolitana de São Paulo, trazendo informações e eventuais documentos que repercutem necessários à investigação realizada por esta comissão.

Coloco em votação o pedido. Não há ninguém a discutir. Coloco em votação. Permaneçam da forma que estão. (Pausa.) Aprovado.

* * *

- Assume a Presidência o Sr. Thiago Auricchio.

* * *

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Agradeço ao deputado Sebastião Santos. Agora vamos proceder às oitivas. Convido então à mesa a Sra. Marinilda Aparecida Gonzalez e o Sr. Walter Pastorello Júnior. A Sra. Marinilda é diretora corporativa da Medral Engenharia Ltda., e o Sr. Walter Pastorello Júnior é engenheiro eletricitista e advogado, com 42 anos de atuação no setor elétrico paulista e brasileiro.

Sra. Marinilda Aparecida Gonzalez, Sr. Walter Pastorello, antes de passar a palavra a vocês, cumpre-nos adverti-los de que devem dizer a verdade, não podendo fazer afirmações falsas, calar ou negar a verdade a respeito dos fatos de seu conhecimento. Solicito também a gentileza de que leiam o termo de compromisso do depoente.

Então com a palavra a Sra. Marinilda Gonzalez e o Sr. Walter.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Termo de compromisso do depoente. Sob minha palavra de honra, prometo dizer a verdade do que souber e me for perguntado relacionado com a investigação a cargo desta comissão parlamentar de inquérito.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Termo de compromisso do depoente. Sob minha palavra de honra, prometo dizer a verdade do que souber e me for perguntado relacionado com a investigação a cargo desta comissão parlamentar de inquérito.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Se a Sra. Marinilda Gonzalez e o Sr. Walter quiserem fazer alguma colocação antes do início dos questionamentos dos demais deputados, fiquem à vontade.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Eu quero, posso? Então, assim, antes de mais nada, eu queria agradecer, Srs. Deputados, presidente, deputada, a todos e todas que se fazem aqui presentes. De verdade, gente, desculpe pelo meu

nervosismo. Eu acho, tenho certeza, pelo tamanho e a importância desta CPI... Então aqui eu já fiz o meu compromisso e eu prometo me dedicar ao máximo para contribuir aqui com a CPI, está bom, Thiago?

Então, assim, para que eu não me estenda e também não leve muito tempo, até mesmo para preservar ou então dar espaço para as perguntas depois que virão até a gente, eu fiz aqui um escritozinho agora e vou segui-lo, se vocês me permitem, até mesmo para eu me organizar aqui, e peço de novo desculpas pelo meu nervoso.

Então eu sigo da seguinte forma: Srs. Deputados e Deputada, a todos e todas que se fazem aqui presentes, bom dia. Se me permitem, humildemente quero aqui, através das minhas lentes, direcionar os holofotes para a importância desta CPI com o objetivo de atender a população, e, dentro dessa população, eu faço parte.

O que vocês estão propondo são soluções para milhares de pessoas. A ideia proposta pelos Srs. Deputados e Sras. Deputadas é a oportunidade de, se não agora, quando? A luta de vocês de se colocar no lugar do outro - como a deputada Carla, saindo a campo - e buscar evidências com o objetivo de solucionar, que eu acho que o nosso objetivo é esse, buscar soluções.

Hoje, através desta CPI, através da ocupação desse espaço, onde o ato mais nobre, na minha opinião, é a capacidade de compreensão e da escuta. Eu assisti aqui às outras reuniões lideradas pelo presidente Thiago, que planejou e organizou, fazendo com que conseguíssemos dar voz e a escuta para aquilo que o outro dizia, onde dói e por que dói.

A ética e a responsabilidade social, de fato, a atitude de assumir um compromisso com todos e todas que estão aqui em proteger e levar ao futuro a comunidade na qual se coloca. Eu vou pedir para, se você me permite, Thiago, apresentar aqui a Medral. Onde que eu vejo aqui? Vamos lá. Dani, pode passar.

Aqui eu trago... Posso vir aqui um pouquinho? Vocês estão me ouvindo? Aqui eu coloco a linha do tempo. Dizer que a Medral completa no próximo ano 63 anos de idade. Eu trago aqui alguns marcos importantes. Em 2001, nós fomos a primeira empreiteira, empresa no subterrâneo aqui em São Paulo. Então, no próximo ano, a Medral estaria fazendo 20 anos nessa atividade.

Quem somos? Eu coloco aqui: soluções de engenharia; parcerias sólidas com o cliente; comprometimento; sustentabilidade e diversidade essenciais para o futuro; respeito a todos os nossos públicos de relacionamento; e, de novo, mais de 60 anos de história de integridade, dinamismo e persistência. O nosso princípio de atuação: os

Divisão de Registro de Pronunciamentos

nossos negócios, a Medral é pautada pela ética, responsabilidade, segurança, desenvolvimento da nossa gente.

Nossa missão: prestar serviços com segurança e responsabilidade socioambiental, buscando a satisfação dos clientes, agregando valor aos acionistas e oportunidades aos colaboradores. Nossa visão: ser a empresa mais segura e respeitada do setor em que atua e reconhecida pela excelência pelos serviços prestados aos clientes. E os nossos valores: integridade, respeito, comprometimento, criatividade e simplicidade.

Medral em números. Aqui eu acho que é importante ali, não é? Eu vou passar ali 5.1 milhões de consumidores atendidos ao longo da nossa história. Nossas áreas de atuação em distribuição, transmissão e equipamentos. Nossa presença. Responsabilidade.

Aqui a gente traz os nossos códigos de conduta, segurança, diversidade e inclusão. Ali eu trago o selo de Direitos Humanos. A Medral foi contemplada por dois anos consecutivos com o selo de Direitos Humanos aqui na cidade de São Paulo. A gente também tem o selo de parceira, Amiga do Migrante. Agora, em 2023, a gente também foi contemplado pelo nosso selo. Então traz um pouquinho da nossa responsabilidade social.

Sistema de integridade. Sempre responsabilidade de todos em prevenir, identificar e responder. “Compliance” também se faz presente, mas pode passar, Dani. Nosso sistema de gestão integrado. Então, em conformidade com as Normas da NBR, 9001, Qualidade; 14001, Meio Ambiente; ISO:45001, Saúde e Segurança Ocupacional; ISO: 17025, Competência de Laboratório, Ensaio e Calibração.

Aqui os nossos certificados. Nossa Segurança também é uma responsabilidade de todos em prevenir, identificar e tratar. Sua confiança é a nossa energia. Muito obrigada. Eu abro para as perguntas. Estou à disposição, Thiago.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Deputada Carla Morando.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Primeiro agradecer a Sra. Marinilda por estar aqui. Também o Sr. Walter Pastorello, representando o Sr. Fabricio Gonzalez. Esta oitiva marcada para hoje é para entender como que funciona a prestação de serviços. Vocês são uma empresa terceirizada.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Isso.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Contratada pela Enel, certo? Desde quando a Medral presta serviços para a Enel distribuição?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Aqui em São Paulo desde 2004.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - 2004.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - É, 20 anos, vamos fazer.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Vai fazer 20 anos. Qual que é o escopo do contrato da Medral com a Enel? O contrato abrange toda a área de concessão da região metropolitana?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Como que é, o que vocês fazem? A Enel liga para vocês? Pede para vocês fazerem o serviço? Me explique o trâmite disso como funciona.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Isso. Temos um contrato assinado. Então a gente tem todas as tratativas, as normas a serem seguidas, e aí a Enel solicita as atividades, para que a Medral faça dentro de todo um procedimento realmente blindado ali, e aí a gente sai a campo.

Temos total liberdade em trabalhar, em executar a nossa atividade, mesmo porque, Carla, se você me permite, essa atividade de subterrâneo é uma atividade muito...

Grau de risco absurdo, então é uma atividade que requer muito conhecimento, muito conhecimento técnico, muito investimento. Então não é qualquer profissional que possa fazer, não é, Carla? E também não se encontra um profissional desse na prateleira.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Vocês só fazem parte subterrânea? É isso?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Não. Temos outro contrato com a Enel, de reforma, tínhamos, de reforma de transformadores também. Então a gente recebe os transformadores, e a gente - até voltado aí para o Meio Ambiente - reforma esses transformadores e entrega eles laudados como novos.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Entrando no caso, já que entrou na questão dos transformadores. Esses transformadores chegam até vocês sem funcionar e vocês reformam?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Isso.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Esses transformadores são novos ou são muito antigos? Haveria necessidade de uma mudança, uma substituição desses transformadores em questão?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Os transformadores, quando há um diagnóstico de que realmente eles não podem ser reutilizados, aí sim, aí há um processo de uma aquisição de um novo. Mas na maioria das vezes a gente consegue ali trazer esse transformador, reformar, e deixar ele como novo. Um transformador pode ser reformado com até 30 anos de idade, a gente consegue trazer, recuperar esse transformador, e segue a vida dele como novo.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E ele funciona perfeitamente?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Perfeitamente.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Como que funciona a malha subterrânea da rede de energia elétrica da Enel? Ela possui subestações, circuitos? Como ela está estruturada? Esses circuitos costumam apresentar falhas ou problemas recorrentes? Até porque essa malha subterrânea é em uma região bem pequena, certo? Onde fica aqui?

Mais para o centro, porque acho que é uma coisa de alguns anos agora só. Explique para a gente.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Se você me permite, eu vou passar agora para o Pastorello, que eu acho que tecnicamente ele conseguiria te atender melhor do que eu. Posso?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pode.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Antes de mais nada, eu gostaria de agradecer a Sra. Presidente, a Sra. Relatora, os membros da Mesa, Srs. Deputados, demais presentes, agradecer a oportunidade de estar aqui, colaborando com esta CPI no sentido de esclarecer com a maior lisura qual é a figura da empresa e qual a condição regulatória que ela deve operar.

Então veja, a senhora perguntou: essa malha subterrânea, existe modelo institucional do setor elétrico? Ele dividiu, na época, em 2003, 11 de dezembro de 2003, quando foi lançado o modelo institucional do setor elétrico, ele segmentou a área de Energia Elétrica.

Anteriormente, as áreas de geração, de transmissão e de distribuição estavam alocadas todas em uma mesma empresa, via de regra, ou uma empresa estatal, ou de controle estatal. Então o novo modelo buscou permitir a desverticalização. E com essa desverticalização também a privatização de alguns segmentos.

Hoje nós temos aí energia... A parte de geração com bastante... Existe ainda uma ou duas empresas, que mantêm ainda sob controle acionário do governo, mas a maioria das geradoras são privadas. As transmissoras... Nós temos leilões de transmissão, que são comumente feitos, então a maioria das transmissoras hoje são privadas e as distribuidoras também.

Exclusivamente aqui no setor Elétrico de São Paulo, houve o processo de desverticalização no ano de 1997, por volta de 1995 ou 1997. Esse programa visou quatro empresas, que seriam na época: a "D1", que nós chamamos "D1", que é a antiga Eletropaulo; a "D2", que é a antiga EDP, ou que virou a EDP; a "G", que hoje seria a EMAE; e a "T", que na época se chamava EPTE, e que depois foi fundida com a CTEEP, que é a transmissora da Cesp, e que virou hoje... O que nós temos a transmissão paulista que é a CTEEP.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Essa parte aqui da Região Metropolitana de São Paulo, que eu acredito que são 24 municípios, ela tem a seguinte característica: ela é caracteristicamente aérea, você tem cabos subterrâneos de 88 kV, que eles... E também alguma coisa de reticulado de 20 kV, principalmente na Augusta, que eles são de cabo “OF” - “oil field” -, uma tecnologia passada da Pirelli. E há os novos cabos, como foi o caso de Vila Olímpia ou no centro da cidade; já são cabos secos.

Por que eu fiz essa diferenciação? Porque aqueles cabos que são mais antigos, são mais propensos a ter problemas, e esses cabos mais novos são seguros, são bem mais seguros e bem mais simples a própria manutenção.

Então, respondendo à pergunta da senhora. Existe hoje, na planta da Enel... Apesar de que a gente... Eu não faço parte da empresa mais, eu fiz parte durante praticamente 25 anos da Enel. Da Enel não, na verdade eu comecei com Light, Light Rio-São Paulo, depois Eletropaulo. Depois com a Eletropaulo já fiz a cisão e depois virou Houston. Depois veio a AES Eletropaulo e, por fim, a Enel.

Então a gente conhece toda essa história e por conta até da nossa atribuição na época, e também nosso trabalho regulatório junto a Aneel, a ANS e EPE, a gente tem conhecimento de como que funciona e quais são os investimentos, que eles estão fazendo.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Posso atrapalhar o meio da sua resposta?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Claro, por favor.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - O senhor trabalhou durante 25 anos nessas empresas?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Então desde quando era um estatal, até também depois que ela foi privatizada, foi feita a concessão, certo? O senhor sentiu uma diferença muito grande?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Assim, só fazendo parênteses na colocação da senhora, eu comecei em 1977. Essa empresa não era estatal, ela pertencia ao grupo Brascan, que é um grupo canadense. Então ela era privada.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Já era privada?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Era privada. Então quando chegou em 1981, essa concessão, por volta de 1981... Eu falo datas, mas é sempre próximo. Essa concessão veio para o governo federal, era a Light Rio-São Paulo, quando houve uma cisão. Então, a Light Rio continuou como Light Rio, vinculada ao governo federal. E a São Paulo, na época, o governador da época, de 1981, trouxe a Eletropaulo, pegou a parte de Light São Paulo e transformou na Eletropaulo, que hoje vem a ser a Enel.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E o senhor trabalhou...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Trabalhei todo esse período lá.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Na Eletropaulo?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Na Eletropaulo. E na Eletropaulo...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Como estatal?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Como estatal. Como estatal, não, na verdade, o controle acionário do Estado.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Já tinha uma parte.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Tinha.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E era diferente do modelo de hoje?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então, na verdade, veja, a Eletropaulo, na época da privatização, tinha aproximadamente 20 mil empregados. E ela conglomerava todo esse escopo, que eu disse, de quatro empresas, tanto a parte de geração... Geração é muito pequena. A Eletropaulo sempre teve uma característica muito pequena, quase... Muito pequena. Porque, na verdade, é só Emae, enfim, não tinha uma característica própria de geração.

Ela tinha uma parte de transmissão. Apesar de ser uma malha relativamente pequena, era uma malha que passava alguma coisa perto de 25% a 30% da energia que circulava pelo Brasil, na parte de transmissão.

E você tinha um corpo muito forte na distribuição, que seria de 138 kV para baixo, 138 kV, 88 kV, 69 kV, 20 kV, 13,8 kV, que é a malha de distribuição. Então essa parte é que foi privatizada e que virou uma parte para a atual EDP e a outra parte para a Enel.

Respondendo à pergunta da senhora, existia, sim, uma diferença muito grande na questão de administração dessa empresa. Existia, sim. Se a gente for fazer um check do que é hoje, o que se projeta hoje a Enel e o que era a Eletropaulo, existe, sim, uma diferença muito grande em termos de administração.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Na questão, que eu acho que é o problema maior que a gente tem hoje por conta dessa péssima qualidade de distribuição de serviços, o senhor atribui que isso é em relação aos investimentos em manutenção da rede, em detrimento da expansão que é feita, que é muito pequena também? Mas a questão de você fazer a manutenção desse sistema era diferente naquele primeiro momento que tinha uma parte do Estado do que agora, quando se tornou Enel? O senhor atribui que isso seja por falta de manutenção?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então, deixe eu explicar uma coisa para a senhora. A gente tem que deixar, tem que ser bem claro, até pela força do compromisso que nós firmamos aqui. Em 1977 a 1981, ou até antes um pouco, como a própria concessão estava para ser vencida naquela época, ou seja, a Brascan deveria devolver para o governo federal a concessão da remalha de energia da antiga Light, houve uma paralisação nos investimentos.

Então, quando o governo estadual, do estado de São Paulo, assumiu a parte de São Paulo, ele buscou investimentos externos, na verdade não foram nem valores, foram

créditos que foram dados para outros países e esses créditos permitiram a gente fazer uma atualização em todo o parque energético. E aí eu digo, as subestações de distribuição que hoje pertencem a Enel... Quantos? (Vozes fora do microfone.)

Isso foi de 1981, que foi quando assumiu, quando houve a cisão entre Light Rio e São Paulo, e a Light São Paulo passou a se chamar Eletropaulo, e o governo, o então governador, o Governo do Estado àquela oportunidade conseguiu créditos que favoreceram a atualização de todo o parque de distribuição. Começou pelo parque de distribuição, que são as subestações de 88, 138 e os cabos, enfim, a rede aérea também.

Permaneceu esse investimento por quê? Porque São Paulo precisava de energia e de uma energia de qualidade. Isso estava sob responsabilidade do governo do estado. Então, realmente, houve um investimento bastante grande por parte do governo, em forma de créditos e até de valores do governo para que a gente fizesse um “upgrade” ou fizesse uma atualização em todo esse sistema. Quando chegou em 1997, você vê, de 1981 a 1997 são 16 anos, então a gente...

Na época eram 137 subestações, se eu não me engano, assim de cabeça a gente falha um pouco, mas em torno de 137 subestações. Hoje me parece que tem mais, são perto de 200, né? Então, o que aconteceu? Foi remodelado para poder atender com qualidade o setor Elétrico paulista, por isso a dissociação com o setor Elétrico carioca aí, do Rio de Janeiro.

Em 1995, 1997, começou o processo de desestatização, que foi o PED, processo de desestatização e para a futura venda. O que resulta disso? No nosso entendimento enquanto regulador, enquanto membro que participou daquele momento, a nossa visão é que foi entregue para a privatização um parque muito bem remodelado, em boas condições - isso em 1997.

Especificamente no caso da Enel, hoje quem adquiriu esse parque aqui em São Paulo foi a Houston. A gente como cidadão tem alguns questionamentos que a gente deve fazer, por quê? Porque, na oportunidade, quando você faz uma concessão, uma concessão no sentido estrito da palavra, você está dando um patrimônio, um ativo para que alguém administre aquele ativo por um determinado tempo e daquele ativo faça lá os seus ganhos.

Posteriormente a essa concessão, você tem que devolver a quem lhe confiou esse ativo nas mesmas condições anteriores. Então hoje eu lhe asseguro que aquilo que era vinculado ao ativo do sistema não está mais em posse. Então se tiver que devolver hoje a concessão aqui de São Paulo, da região metropolitana de São Paulo, muita coisa que

pertencia ao ativo do serviço de energia, já não faz parte mais do patrimônio da empresa.

Essa empresa já não devolveria aquilo que recebeu. Cito um exemplo claro: Cambuci. Quem quiser ir à Cambuci, vá lá. Ali era uma área de manutenção muito grande da Eletropaulo, você fazia a manutenção de transformadores, da parte de geração. Hoje a de Cambuci foi vendida para a iniciativa privada por especulação imobiliária.

Isso era uma parte da Eletropaulo, mas tem uma discussão se fazia, se era efetivamente do sistema elétrico ou se era um apoio do sistema, mas nessa discussão eu não entro. O que a gente entende, como empregado na época, é que aquele ativo foi disponibilizado para uma concessão, e que assim que essa concessão terminasse, deveria ser devolvido. Não vai ser, está certo? Não vai ser.

Então esse é o primeiro ponto. O segundo ponto: eu trabalhei diretamente na área de manutenção, eu trabalhava com manutenção. Parece que tem um outro deputado aqui que trabalhou na área de distribuição...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É o Sebastião.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Isso.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Ele está na comissão (Inaudível.). É que hoje tem a visita de um cônsul, então é por isso que...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Não, sem problema, sem problema, eu acho que ele até.. A gente poderia até ter uma... Mas enfim, a área de Manutenção especificamente, a minha formação, sempre foi dentro da área de Operação e Manutenção, então eu tive a execução, eu fui responsável, pela execução. Eu fazia manutenção nas subestações - tanto nas subestações como na linha de transmissão.

Depois eu fui também gerente de departamento, primeiro como técnico, depois, como engenheiro. Depois, como gestor, ou líder, gerente como era chamado na época, que também era responsável por essa área. O que acontecia, deputada? A nossa preocupação com a manutenção era muito grande. Inclusive eu vi em uma apresentação aqui que houve, talvez anterior à nossa...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sindicato dos Eletricitários?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Não, do sindicato, não, mas talvez da Enel mesmo. O Plano Verão. O Plano Verão vem lá de trás, então é uma coisa que a gente já tinha muito tempo atrás, só que era um pouco diferente. O Plano Verão naquela época... Por que “Plano Verão”? Porque efetivamente é sempre no dia de chuva, de domingo à noite que...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não mais, não é? Mas, enfim... A gente está no verão, então...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então, você vê como eu sou das antigas. Ainda estou naquele foco em que existia essa situação. Mas, enfim, o que acontecia no Plano Verão? A gente se programava de maneira que a gente deixava até veículos em pontos estratégicos para que o atendimento fosse mais rápido. O que a gente nota hoje é o seguinte... Pelo menos, é a percepção que a gente tem enquanto regulador, enquanto advogado até, nem é como técnico, porque como técnico você teve a vivência lá.

Mas, como advogado, e a gente conhecendo a área de Regulação, a gente nota o seguinte, hoje, o detentor da concessão se pauta muito nos limites estabelecidos pelos contratos. Eu vou citar um exemplo para vocês que aconteceu aqui, um dos deputados perguntou sobre 120 dias para trocar um poste que uma prefeitura pede. E é isso mesmo.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Cento e oitenta, não é?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Não, são 120. Falou 150, mas são 120. Então, mas é isso mesmo. O regulatório é isso mesmo. Agora, o que a gente tem que ter a percepção é que o regulatório estabelece o limite máximo, só que tem um detalhe, tem uma sutileza que a gente tem enquanto...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Prestador de serviço.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Prestador de serviço. E, a gente verificar, a gente ter... Isso é uma obrigação nossa, a gente saber exatamente qual é a importância daquilo. Então, eu confesso, eu não moro mais na cidade de São Paulo. Eu moro em uma outra cidade aqui próxima a São Paulo.

Então, para você ter uma ideia, essa cidade - e aí, se você quiser, eu posso te dar o exemplo, entendeu? -, fez lá uma série de mudanças em um determinado bairro - necessárias essas mudanças, com rotatórias e tudo mais -, e, a empresa que presta serviços lá, é aquela discussão de que: “Olhe, eu vou fazer a rua, você deveria... Engenheiro tinha que...”.

Porque o engenheiro, quando ele vai projetar uma mudança de rota, ele já “startou” todos os entes. Então: “Mas eu não recebi”. Não, você recebeu. Se você não fez... Tanto é que aqui eu estranhei. Eu confesso que eu estranhei levar 120 dias, sendo que lá eles fazem em um dia. Entendeu?

Então, assim, existe alguma coisa que me parece que não está sendo observada a criticidade ou está sendo tratado tudo como uma média padrão, que é o que o regulatório manda. E aí, nós não vamos conseguir atender.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sempre se trata da mesma forma. Entrando e corroborando, tudo está estabelecido em contrato. Então, se eu estou seguindo o que está estabelecido em contrato, é o que eu tenho que fazer. O resto que se lasque.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Só que Dra., desculpe, Exa., não sei se a senhora é advogada também.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, não. Fique tranquilo.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Só que tem uma sutileza. Existem situações... Eu não posso deixar um carro se acidentar, bater em um poste que está no meio de uma via. Existe um responsável. Você entendeu? Se existe um responsável, quem é esse responsável?

Se o engenheiro que projetou a via solicitou a intervenção em tempo hábil, se a via não pode parar, porque você também tem um contrato a ser cumprido, e se existe uma infraestrutura que precisa ser remanejada para que possa haver uma convivência

com as infraestruturas, isso não é só... Porque o que falaram foi do poste, mas existem outras infraestruturas que vocês não enxergam e que têm um risco muito grande também.

Existem outras infraestruturas de gás, infraestrutura de gás passando junto com a energia elétrica. Enfim, a gente pode mitigar isso tecnicamente em detalhes muito maiores. Mas, enfim, foi o exemplo que foi dado, e é nesse exemplo que eu vou me ater.

Então, veja, é impossível que uma concessionária consiga atender em uma semana, em um dia, e uma outra leve 120 dias. Você entendeu? Então, se as duas concessionárias têm, praticamente, a mesma origem, praticamente, o ambiente regulatório é o mesmo, os contratos de concessão são... Então, veja, existe alguma coisa que precisa ser feita para que a tratativa também seja equânime ou idêntica. E a gente nota que isso não está acontecendo. No tempo de Eletropaulo, como a senhora perguntou, os tempo eram bem menores.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A gente sabe. Vamos lá. Como que é realizado o contrato entre a Enel e a Medral, para a realização dos serviços de manutenção? Vocês atuam em caso de manutenção preventiva e também nas situações de emergência?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALES - Sim.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Vocês podem compartilhar, não tem problema. E como funciona? Ele tem esse contrato. Então, caiu a energia na rua “x”. Eles entram em contato com vocês, e vocês são acionados para se deslocarem até o lugar. É assim?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALES - Isso, Carla. E a emergência, o nome bem diz, é uma emergência. Então a gente pode estar ali fazendo uma manutenção também programada. E aí, com a nossa equipe, se a gente é acionado, através de telefone, WhatsApp, imediatamente a gente se desloca para esse lugar para atender a emergência.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Vocês têm um contrato. Esse contrato rege prazos também? “Você tem que atender em ‘tanto’ tempo”. “Quando você for acionado, você tem que deslocar imediatamente, você tem que ter ‘tantos’ funcionários para poder fazer esses atendimentos.” Tem isso?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Sim. Dentro dessa pergunta, que a senhora fez, existe tanto a questão de manutenção preventiva, então essa manutenção preventiva é um cuidado que a concessionária toma. Essa concessionária, em especial, que está sendo discutida, ela tem isso sim, ela tem essa preocupação, da manutenção preventiva.

Aí você tem uma manutenção corretiva, quando acontece algum evento que fugiu daquele controle. Isso também é plenamente aceitável, em determinados limites, dentro do setor elétrico. E existe a emergencial, ou de urgência, ou emergência, que são diferentes mas é aquela que você tem que dar atendimento imediato. Tem que parar o que está fazendo e atender.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quais são os casos que são emergência?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Se eu tiver, que nem nós tivemos, aqui em São Paulo, há pouco tempo atrás, uma chuva muito forte, que caiu árvores, a empresa concessionária tem que estar preparada para esse atendimento emergencial. E como que ela dá esse atendimento emergencial?

Através, exatamente, me falaram aqui de sistema híbrido. Você tem algumas equipes próprias, que são primarizadas, e tem as equipes terceirizadas. Então, quando existe essa emergência, ela é trabalhada de forma conjunta. E eu lhe asseguro que a Enel trabalha desse jeito. Então, de maneira que aquele impedimento, aquela falha, ela seja resolvida no menor prazo possível.

Só que existem determinadas situações que a própria empresa, seja ela da característica primária, ou terceirizada, ela se torna impedida de entrar, por força de outros obstáculos.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quais?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Por exemplo, se você tem uma queda de árvore. Quebrou a árvore, derrubou os cabos, você não pode entrar lá para fazer a reposição, porque você tem uma série de... Então, talvez, nesse ponto, comece a ter alguma dificuldade ou um tempo maior de atendimento. Entendeu?

Agora, o que preocupa, e aí, colocando especificamente as empresas terceirizadas, é o seguinte. Eu vou dar o exemplo de uma empresa, que não é daqui do Brasil, mas que o modelo é semelhante. O modelo é mundial. Então muito se falou aqui em investimento. Eu não ouvi, em momento nenhum, falar em gasto.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Em Opex.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Investimento são obras. Gasto é manutenção, Opex.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Isso, Capex, não é?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então, investimento, nós fizemos investimento em telecomando. Nós fizemos investimento em telecontrole, que não falou aqui, mas fizeram, eu sei.

Então, o investimento - e o investimento prudente - é tranquilamente repassado à Receita. Certo?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Sim.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - E a manutenção?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Não. Então está bom. Agora o que a gente nota? E aí é um trabalho até de mitigação, por que está acontecendo muitas vezes de você ter problemas com as contratadas, não é? Então eu vou dar um exemplo para você, corte e religa. Corte e religa. É um exemplo hipotético, eu não estou dizendo que isso aconteça nessa empresa, mas é um exemplo hipotético, corte e religa. Eu sou

contratado para fazer... Eu tenho cinco equipes e cada equipe tem que fazer 20 corte e religa por dia.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Explique o corte e religa.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Corte e religa é eu ir lá e cortar o...

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Não pagou.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Porque não pagou...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - O consumidor que não pagou...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Está bom...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - E fazer também a religação daquele que ajustou a sua situação.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Ok.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então eu vou lá, eu tenho um contrato que eu tenho que fazer 20 corte e religa. Está certo? Muito bem. Aí a nossa equipe - não a minha, mas a equipe que está disponível para fazer esse tipo de trabalho - vai lá e faz os 20 corte e religas. Só que esses 20 corte e religas, eles têm no contrato um valor contratual para cada uma dessas ações. Está certo? Muito bem. Só que o meu OPEX daquele mês não atinge aquele valor.

Então existem alguns instrumentos que a gente acha que... O sentimento nosso, eles são... E não estou falando especificamente da Enel, eu estou falando que é uma prática que se percebe pelas empreiteiras, até porque a gente assessora as empreiteiras em algumas situações. Então eu vou lá, fiz os 20 cortes, ou os 20 religas, ou um misto, então eu deveria receber uma determinada remuneração por aquilo.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Contratual.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Isso. Contratual. Só que aí eu tenho alguns índices. Índices de segurança, quebra de lanterna de carro. “Não, mas você teve tantos carros quebrados, sua lanterna estava quebrada.” Então para cada quebra de lanterna...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Mas o que tem a ver a lanterna do carro com...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então...

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Então...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Essa é...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, é que eu estou tentando só entender...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então, isso são critérios de qualidade que são colocados, e a gente acha que de maneira subjetiva, para que você consiga ter os 20 corte e religa, só que você paga por menos que isso, porque...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Os carros que vocês estão dizendo são os caminhões...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Os veículos da terceirizada, isso.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Aqueles veículos são da terceirizada ou são da Enel?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Da terceirizada. Não, da terceirizada. Isso é o contrato. Faz o contrato da terceirizada.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Mas o que tem, então, o carro que é seu...

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - É isso...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Se você quebrou o farol, então o problema é seu?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Não, não é seu, porque é... Segundo... Isso eu estou colocando... Segundo o contrato, está certo, que você assina, aquele veículo que tem a lanterna quebrada tem que sofrer uma certa glosa...

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Isso...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Do seu serviço porque a lanterna estava quebrada. “Mas olhe, você tinha que ter cone para EPC.”; “Você deveria ter tantos cinturões de segurança no seu carro.”. “Mas não tem.”. “Então nós vamos fazer uma glosa.”. Então o que acontece? Acontece uma...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Isso está em contrato?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Está em contrato, está em contrato. Então o que acontece? Acontece que você tem um custo fixo para as suas equipes de manutenção, não é? E esse custo, evidentemente, quando você lança sua proposta de serviço, sua proposta comercial, ele está embutido porque você vai fazer 20 corte e religa e, tão logo você faça 20 corte e religa, você vai receber por aquilo. Só que quando você vai receber, você fez 20 corte e religa mas não vai receber por isso.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Mas não recebe.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - E muitas vezes chega ao ponto de, sequer, cobrir o custo da equipe que você mandou.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Isso.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então o que acontece? Você começa a estreitar a...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A qualidade do atendimento da terceirizada.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - É porque a terceirizada... Você sufoca, você sufoca. E aí o que acontece? É um caso interessante. Olhe só que ponto que... Desculpe. É que eu vou me empolgando e vou me afastando. Então olhe que coisa interessante. O que acontece? Aí essa terceirizada não consegue manter o nível de atendimento. Por quê? Porque ela vai sendo, aos poucos, levada, encostada na parede, vamos dizer assim. “Mas eu não tenho, mas eu não estou pagando nem aos meus funcionários, porque... O que eu faço?”.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Glosa.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Glosa.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Glosa. Entendeu? Então está bom. Aí a empresa é considerada como inapta, ela não serve mais para prestar o serviço. Entendeu? Ela não serve mais para prestar o serviço.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E aí, entrando nessa questão. Então, a gente tem uma terceirizada que cada vez mais diminui a capacidade de manutenção dos funcionários que ela tem.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Isso acaba trazendo uma questão de trazer funcionários com menos capacidade, porque tem um custo menor, também?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Nem isso. Às vezes, o próprio descontentamento das pessoas...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não faz o trabalho direito depois?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Ele começa a ter em alguns casos até desvio de conduta. Você entendeu? Por quê? Porque ele atrasa pagamento, atrasa o benefício. Então, todo esse impacto...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Começa a fazer um serviço não com vontade.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Isso. Aí, o que acontece? Aí é uma coisa mais interessante. Quando você consegue fazer com que essa terceirizada não consiga mais prestar os seus serviços, aí você é alijado do processo, e aí eles contratam uma outra terceiriza. Só que o engraçado é que essa outra terceirizada pega todos os equipamentos de todos os funcionários daquela que não conseguiu.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Os mesmos.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - E o custo de rescisão e tudo mais ficou naquela. Gente, então, assim, não é uma coisa, não é uma prática - você está entendendo? - que seja correta, e, se identificada, eu acho que tem outros desdobramentos que deveriam ser discutidos.

Então, quando a gente vê uma discussão superficial aqui, onde falam: “Investimos tanto em telecontrole, em telecomando”. Você está entendendo? Investimento entra na minha receita. Está certo? Agora, quando você começa a diminuir o Opex para você ter capacidade de investimento, de onde vem esse investimento? De onde vem esse dinheiro que está sendo investido para poder levantar o patamar seu de receita?

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Agora entrando na questão da geração e da distribuição de energia. Como que é funciona a empresa nesse contrato? Ela tem autonomia para executar o serviço pelo contrato que vocês é firmarem. Então, no caso de vocês, é subterrâneo. Então vocês são chamados, vocês vão lá e trocam o cabo.

Vocês: “Olhe, bom, tem que trocar esse cabo”. Vocês têm autonomia para isso? É feito da maneira que deve ser feita, ou, no caso, por ter esse tipo de atitude de glosa - e

Divisão de Registro de Pronunciamentos

não sei se nesse caso também existe glosa - essa empresa tenta fazer exatamente o que deve ser feito, ou ela tenta dar um jeitinho muitas vezes, porque ela não vai ser ressarcida daquele serviço? Isso gera relatório?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Têm documentados todos esses atendimentos que são feitos?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Sim. Veja, Exa., quando você vai fazer ou uma substituição de cabo ou uma obra nova...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Não, vamos falar sempre no Opex. Esqueça o Capex. Eu quero saber do Opex.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Não, quando você entra em uma obra nova, você fatalmente cai no Capex, seja ela de um upgrade, uma melhoria técnica, então você cai no Capex. Agora, se você for fazer uma manutenção em subterrâneo, você tem sim... Você vai ser acionado da mesma forma, você vai ter que fazer a manutenção dentro de critérios técnicos. Inclusive, nós temos a própria ABNT, que estabelece esses critérios. Está certo? Nós temos procedimentos de segurança, que são as normas regulamentadoras. Elas têm que ser seguidas e elas são cobradas tanto pela contratante, como pela contratada.

Então, são muito cobrados treinamentos e tudo mais. Isso tem que estar o pessoal habilitado, e você tem uma parte da contratante que se chama fiscalização. Então, você só vai receber por aquela intervenção que você fez a partir de um relatório que a fiscalização da contratante te mandar.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Mas a empresa faz o relatório também?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Também. Tem que ser feito. Tem que ser feito e esse relatório tem que estar aderente àquilo que...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Ao que realmente está realizado.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Que está realizado, entendeu? Isso tem que ser feito.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - No caso do Opex... Então, assim, o que estou querendo, na verdade, entender é a questão da manutenção. Por quê? O senhor me disse que eles estão fazendo a manutenção. O Capex, ok, porque vai gerar, depois, receita.

Por que a gente não tem uma qualidade de prestação de serviços adequada, se eles estão fazendo a manutenção? É aí que eu quero entender. O porquê de estar tão ruim, se eles estão fazendo a manutenção? Onde está o problema?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Olhe só o contrassenso: a gente tem dois ângulos, duas óticas para esta resposta. Uma ótica é a ótica da regulação. A regulação estabelece parâmetros, principalmente os parâmetros de DEC e FEC, que é duração e frequência da interrupção, que são aquilo que você vai ver, especificamente, na sua casa, quando falta energia, ou na indústria, ou no comércio.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E vamos combinar que, na semana passada, eu acabei de mostrar o exemplo da minha casa, que isso não está dentro de toda a prestação de serviço da minha casa - no caso, do prédio. Então, no meu prédio faltou energia e não está constando nem no DIC e FIC. Não está.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Vamos lá. Então, para você fazer isso, veja, a concessionária, seja ela qual for, trabalha sob contratos. E esses contratos estabelecem limites, tanto limites presentes como limites futuros, nessa parte de desempenho de qualidade de rede.

Você tem duas situações: ou esses limites que estão em contratos estão muito além da necessidade específica da área, está certo? Ou esses atendimentos, ou seja, esses índices têm uma outra característica, entendeu? Como que eu vou explicar isso para a senhora de maneira mais didática?

Se eu estabeleço um contrato com a senhora e falo: “Olhe, o meu índice, hoje, de DEC e FEC é tantos desligamentos e uma frequência de tanto”, em contrato, eu atendo isso, está certo? Agora, será que esses índices estão adequados para o consumidor?

Então, aí, nós temos um parâmetro que a concessionária atende aquilo para o qual ela foi contratada ou que houve a concessão.

Realmente atende, só que aquele atendimento nos níveis que eles estão dando não atendem a necessidade do consumidor. Então existe um “gap” que a gente chama de “gap regulatório, que precisa ser... Porque se você for falar assim: “Não, a culpa é da concessionária”, a concessionária vai falar...

Especificamente do Opex, tá? Não estou falando de obra. E aí a gente tem que tratar com uma certa “discretização”, como é o exemplo do poste que eu dei, que não tem sentido, mas da falha em si, quando ocorre uma falha.

Se a concessionária tem um contrato, já tem as regras do jogo - até pela segurança jurídica ela tem que ser muito bem clara -, e ela atende aqueles preceitos com o concedente ou o regulador, no caso da distribuidora é a Aneel -, está tudo certo.

Agora, só que isso atende ao consumidor? Não atende. Então nós temos um “gap” regulatório. Esse “gap” regulatório precisa ser ajustado.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Os materiais que são usados na execução dos serviços são fornecidos pela Enel ou pela Medral?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - São fornecidos pela Enel.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Pela Enel. Na eventual falta de material, como é tratada essa questão? Existe falta de material?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Então, o que acontece é o seguinte: você tem, sim, alguns materiais que são, realmente, materiais que a gente chama, tecnicamente, de materiais de prateleira. Então, olhe, eu precisei hoje, eu vou ali e compro.

Existem outros materiais que não são materiais de prateleira. “Mas se eu não tiver para poder fazer uma determinada manutenção, eu não faço a manutenção.”. E não faz mesmo.

Agora, como que você e como que a gente adotava esse procedimento na Eletropaulo? A gente tinha um controle muito rígido sobre esses materiais que não são materiais de prateleira, de forma que não deixava faltar no nosso armazenamento, na nossa armazenagem, que inclusive era no Cambuci.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Então, esse material que é um material que não é de prateleira, que eu preciso comprar com um mês, preciso encomendar, que o fabricante leva um certo tempo, ou importado até - tem muito material importado hoje -, então, você não tem isso, eu não posso sair daqui, ir lá e comprar.

Então, essa possibilidade, tanto a concessionária como a própria prestadora de serviço, no intuito de favorecer o consumidor, fica impedida. Agora, material de prateleira é uma coisa simples: você vai e compra. Mas tem alguns materiais, volto a insistir...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Específicos.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Que são específicos. Esses materiais, eles podem, sim...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E esses materiais faltam?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Tem algumas situações em que faltam, sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E quando isso acontece a empresa não consegue fazer, realizar o serviço e fica por dias, meses...

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Inclusive sem receber.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Isso.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Por que aí ela também não cumpriu o contrato.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Não.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - E aí a empresa também é penalizada, além do cidadão que não está com o serviço. É isso?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Ela não sofre uma penalidade específica - “Olhe, você vai ser multada por não ter cumprido” -, mas ela sofre a penalidade indireta por conta de não receber por aquele serviço que ela não fez. Só que ela não fez não por responsabilidade própria.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Esse fato todo de falta de material específico é documentado?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Sim.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Eu gostaria de pedir, se puderem encaminhar, para enfiar toda essa documentação. Já também pedir para fornecerem os documentos da questão dos relatórios executados, de trabalhos que são executados entre a Enel e a empresa Medral, e também os relatórios que são feitos de manutenção, se são executados da maneira que deveriam.

Agora, outra questão: os serviços que são executados pela Medral são considerados Opex ou Capex? Nos relatórios de eventual prestação de serviços, são elaboradas e discriminadas informações a respeito do que foi investimento ou do que foi manutenção ou não? Ou isso é uma deliberação depois da própria Enel?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Da própria Enel.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Da própria Enel.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Se puderem também nos enviar a documentação... O fato de o serviço realizado pela Medral ser considerado Opex ou Capex altera alguma forma de execução de pagamentos pela Enel?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Não entendi, desculpe.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Quando vocês vão fazer um serviço de manutenção, é diferente de quando vocês vão fazer um serviço de investimento, de aumentar a rede? Vocês são menos punidos por isso ou alguma coisa eventual, por ser um investimento de extensão de linha ou alguma coisa assim?

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - É, o que caracteriza... A diferença básica nos dois serviços é a seguinte: você tem um contrato muito mais apertado, no sentido de Opex, até pela própria característica do contrato.

Você tem, talvez, não na dimensão que é, mas ele deveria ter uma... Vamos dizer assim, uma situação mais... Uma obrigatoriedade maior de compromisso da prestadora de serviços do que do de Opex, porque de Opex você tem o seguinte: você tem uma situação...

Em algumas obras é até mais confortável, porque às vezes você está fazendo uma obra, mas você tem aquilo, você não vai perder alimentação, você não vai perder transmissão de energia; você vai paralelizar aquilo e vai fazer a obra. Então você tem uma condição mais segura e mais tranquila.

Então, não existe tanta - pelo menos no nosso sentimento - penalização por isso, mas você é penalizado na medida em que você tem todo o seu contingente lá disponibilizado e, por falta de um eventual material, você não pode dar sequência. Aí, aquele projeto que tinha um determinado prazo para ser cumprido...

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - É postergado.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Ele é postergado, ele não vai ser cumprido.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Agora especificamente para a Mari. A questão de pagamentos da prestação de serviços, como que funciona? É adequado? A Enel faz o repasse da maneira correta do que foi feito, executado? Porque, pelo que ele disse, existe glosa em diversas questões. É feito esse pagamento de uma maneira adequada?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - É feito de maneira adequada, com todas as ressalvas aqui, de glosa e tudo o mais.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Nos prazos?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - É contratual. A gente leva 90 dias para receber, mas eles fazem o pagamento adequado.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Só para finalizar: é possível afirmar que a Enel realiza investimentos necessários para manutenção da rede elétrica? Explique.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Pergunta difícil. É o seguinte: quando a gente pega os índices... Tudo vai girar em cima dos índices de DEC e FEC. Esses são os medidores que você tem. Então, se a gente observar pelos índices, e aí eu volto a insistir: eu não sei se esses índices que estão contratualmente pactuados são os ideais para que atenda adequadamente o consumidor.

Então, se a gente for olhar pelos índices, sim. Agora, se você for olhar pela real necessidade dos consumidores e os eventos que ocorrem, talvez a gente tenha que dizer que não, não está se investindo. Eu não diria nem em volume. Eu diria, talvez, de maneira adequada, de maneira estratégica na manutenção das instalações sob responsabilidade dessa empresa hoje.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Ok. Thiago, pode seguir. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Só para fazer também apenas uma pergunta. Ainda falando de Opex e Capex, a Medral já chegou alguma vez a ser instruída pela Enel a buscar mais Capex do que Opex nos seus trabalhos?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Sim.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Vocês têm alguma maneira de comprovar isso para nós, de demonstrar isso para a gente, às vezes através de algum e-mail, de algum documento?

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Temos.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - Thiago, me perdoe, fale de novo a pergunta, porque eu não ouvi.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Se teve alguma vez alguma orientação da própria Enel a buscar mais Capex do que Opex nos seus trabalhos e como eles poderiam comprovar isso para a gente.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Se você me permite, Mari. Sr. Presidente, essa pergunta é uma pergunta que fica difícil para a Medral se posicionar assertivamente, por um motivo muito simples: quem faz a classificação do que é Opex e do que é Capex é a própria Enel. Nós - nós, hoje, falando em nome do presidente - só cumprimos aquilo que nos é determinado.

Agora, como vai ser classificado isso para efeito de tarifa, para efeito de... Se é Opex e Capex, mas é gasto e investimento. Se vai ser gasto ou se vai ser investimento, quem faz essa classificação é exclusivamente a Enel. Então, ali, a Medral só é determinada a que tipo de atividade ela vai fazer. Agora, qual a classificação? Isso vai ser feito pela Enel.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Mas como ele perguntou também, essas documentações, temos.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - É, pode ser feito, pode ser entregue. Aquilo que a Medral faz.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Como não tem mais nenhum deputado inscrito, não sei se os senhores querem fazer alguma consideração final para a gente.

O SR. WALTER PASTORELLO JUNIOR - Presidente, o que eu gostaria de fazer é o seguinte, é só uma manifestação no seguinte aspecto: a gente, enquanto consumidor e como técnico do setor e especialista na área de Regulação, a gente vê com muita preocupação ter que chegar a esse ponto uma discussão sobre setor Elétrico. O setor Elétrico é estratégico aqui para São Paulo. Eu acho que não há dúvida disso e eu acredito mais que a gente deva buscar caminhos para poder viabilizar, seja a empresa que for, como aconteceu, começou lá com a Houston, depois veio a AES; hoje é a Enel. Amanhã, pode ser a Enel como pode ser outra empresa.

Mas a gente precisa estreitar essa relação e deve haver uma combinação de fatores. E um ponto importante para essa combinação de fatores é que Assembleia Legislativa de São Paulo tenha um conhecimento muito profundo do que é o setor Elétrico, porque às vezes a gente pode ter uma interpretação errônea e colocar toda a responsabilidade em um determinado ente da cadeia de fornecimento e não está só aí o problema do custo da energia elétrica, da questão da manutenção, como é feita a manutenção no caso do Opex. Por quê?

Porque você tem toda uma força regulatória e essa força é contratual, que faz lei entre as partes e a gente tem que manter isso. Eu acredito piamente que a gente tem que manter isso até por uma segurança jurídica de novos investimentos, de maneira que a gente proporcione ou a gente permita para que essa empresa, seja lá a empresa que for que venha prestar serviço aqui para o estado de São Paulo, ela esteja intimamente ligada com as necessidades do consumidor.

E por conta disso eu acredito que é esse o trabalho que esta Casa está fazendo e em muita boa hora. Então essa é a mensagem que a gente deixa para que a gente tenha bastante cuidado, a gente tenha bastante critério, para que a gente traga um resultado bom onde todos ganhem e não um resultado aonde a gente possa gerar um ponto.

Então, assim, para finalizar, a gente... Até uma manifestação de posição pessoal e de técnico e de advogado também, eu acho que a privatização foi muito boa para o setor Elétrico, por quê? Porque se não houvesse a privatização hoje o governo - e em todas as esferas, o Estado de maneira geral, seja municipal, estadual ou federal - não teria capacidade de investimento.

Então se hoje nós temos aí um sistema bastante forte de geração, um sistema bastante parrudo de transmissão e nós temos algumas coisas para resolver na parte de distribuição, eu acho que isso se deve graças à privatização, independente do aspecto ideológico; estou falando do aspecto técnico.

Agora, é lógico que a privatização tem que vir acompanhada de uma responsabilização e eu acho que é esse o ponto que a gente tem que começar a deixar bem claro para cada um dos entes. Então essa é a sugestão que a gente dá aí. Muito obrigado.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Eu aqui vou agradecer a oportunidade também. Me coloco à disposição dos senhores e das senhoras no que eu puder contribuir e eu acho que eu reforço aqui o que o Pastorello disse.

Divisão de Registro de Pronunciamentos

Eu falei ali no comecinho, desculpe que estava me achando importante estar aqui também, porque eu aqui represento também a sociedade, eu também sofro com as consequências. E eu acho que, assim, a gente está aqui para somar, não é, Carla e presidente? E o que eu puder contribuir eu me coloco à inteira disposição de vocês.

A SRA. CARLA MORANDO - PSDB - A gente está aguardando a documentação.

A SRA. MARINILDA APARECIDA GONZALEZ - Eu envio a documentação de imediato para você, mas mais uma vez obrigada pela oportunidade aqui, pela escuta e que a gente colha bons frutos, porque ao final de tudo isso a sociedade sofre. Eu como consumidora - e aí desculpe levar também para o lado pessoal - também sofro, o funcionário sofre e eu acho que não precisa ser assim. Então obrigada.

O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - Então nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião.

* * *

- Encerra-se a reunião.

* * *